

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

Hercules Octaviano Muzzi(1782-1841): Um vacinador no Império do Brasil

Hércules Octaviano Muzzi (1782-1841): A vaccinator in the Empire of Brazil

Fillipe dos Santos Portugal¹

Resumo: Neste artigo, propomos narrar a trajetória de Hercules Octaviano Muzzi, cirurgião carioca que se destacou como um dos principais responsáveis pela manutenção e disseminação da vacina antivariólica no Brasil. Muzzi atuou nos serviços de vacinação no Rio de Janeiro desde sua introdução e, posteriormente, tornou-se diretor da Junta da Instituição Vaccinica da Corte do Rio de Janeiro. Seu trabalho foi fundamental não apenas para a institucionalização da prática vacinal, mas também para a compreensão do processo de implementação e das discussões que envolveram a vacina no contexto brasileiro. Seu reconhecimento ocorreu ainda em vida, tendo sido nomeado Membro Honorário da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro e da *Jennerian Society for the Extermination of Smallpox*, da Inglaterra. A análise de sua trajetória baseia-se em documentos oficiais e em periódicos do período.

Palavras-Chave: Vacina, Varíola, Hercules Muzzi.

Abstract: This article aims to narrate the trajectory of Hercules Octaviano Muzzi, a surgeon from Rio de Janeiro who played a key role in maintaining and disseminating the smallpox vaccine in Brazil. Muzzi worked in vaccination services in Rio de Janeiro from the time of their introduction and later became the director of Junta da Instituição Vaccinica da Corte of Rio de Janeiro. His contributions were essential not only for the institutionalization of vaccination practices but also for understanding the implementation process and the debates surrounding the vaccine in the Brazilian context. His work was recognized during his lifetime, and he was named an Honorary Member of the Society of Medicine of Rio de Janeiro and the *Jennerian Society for the Extermination of Smallpox*, based in England. This study analyzes his trajectory through official documents and periodicals from the time.

Keywords: Vaccine, Smallpox, Hercules Muzzi.

¹ Graduado em História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil. Especialista em Ensino de História no Ensino Básico pelo Colégio Pedro II. Mestre e doutorando em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Atualmente é professor do Ensino Básico da rede municipal de Búzios-RJ. E-mail: fillipe_portugal@hotmail.com. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-000337182824>.



Introdução

No período colonial, os agentes da medicina oficial -médicos, cirurgiões e boticários- eram muito escassos, de modo que a prática médica oficial não era a única e nem mesmo a arte de curar mais procurada pela população do país, existindo uma pluralidade de agentes e saberes curativos. O estabelecimento da Corte portuguesa no Brasil, em 1808, e com ela a criação das Escolas de Cirurgia da Bahia e do Rio de Janeiro (1808) e, pouco tempo depois, com a fundação das Faculdades de Medicina nas mesmas localidades em 1832, auxiliou a formar mais indivíduos nas práticas de cura oficiais, todavia estas ainda concorreriam por muitos anos com as diversas práticas de cura populares que existiam no país. (VIOTI,2012:10-11).

336 Nesse contexto, torna-se interessante estudar a trajetória destes poucos personagens e suas possibilidades e dificuldades de exercer a prática médico oficial no Brasil. Assim, nosso personagem, Hércules Octaviano Muzzi (1782–1841), cirurgião por formação, atuou como cirurgião militar e participou de importantes eventos históricos do Brasil, como a Revolução Pernambucana (1817) e a Independência do Brasil (1822). Tornou-se cirurgião da família imperial e publicou o primeiro trabalho sobre necropsia médico-legal no país. Sua trajetória profissional revela-se, portanto, altamente relevante e interessante, destacando-se tanto pelo engajamento político quanto pelas contribuições científicas no campo da medicina.

Todavia, a trajetória de Hércules Muzzi se destaca especialmente por seus serviços relacionados à vacinação, entrelaçando-se com a própria história da institucionalização da vacina antivariólica no Brasil. O cirurgião atuou nos serviços de vacinação no Rio de Janeiro desde sua implantação, tornando-se posteriormente membro e, mais tarde, dire-



tor da Junta da Instituição Vaccinica da Corte do Rio de Janeiro, criada em 1811.

Deste modo, a análise de sua trajetória é importante, pois a descoberta e difusão da vacina foi um marco significativo na prática médica e nas ações de saúde pública do país. Além disso, o estudo da história da vacina é fundamental, pois a historiografia da saúde e das doenças, ao examinar as enfermidades para além da perspectiva médico-científica — considerando seus contextos sociais, culturais e históricos —, desempenha um papel crucial na orientação das políticas de saúde pública contemporâneas. A forma como uma doença é percebida e compreendida influencia diretamente a alocação de recursos e os esforços voltados para seu combate, afetando, assim, as estratégias e decisões na área da saúde. Nesse sentido, as vacinas se destacam como uma das formas mais eficazes de prevenção e controle de doenças. (GAZETA,2006:7).

337

Nosso trabalho se insere no campo definido como História das doenças e da saúde, conforme Ana Almeida (2006) os estudos que associavam as doenças apenas como um objeto da biologia, passaram a considerar que os significados, conceitos e noções do que seja doença e saúde estão diretamente relacionados ao contexto de cada sociedade. Dessa forma, os historiadores buscam entender as doenças e as práticas curativas não como simples agentes patológicos e sim como um fato social, cujo significado é construído de forma particular por cada sociedade, atrelados a práticas sociais, científicas políticas, econômicas e culturais.

Ao se pensar uma trajetória histórica no campo da saúde, trabalhamos a partir desses pressupostos, e levamos em conta que a análise das trajetórias constitui uma via para explorar as interações entre o sujeito e o meio social, permitindo compreender tanto os fatores sociais



que influenciam os indivíduos quanto as suas especificidades pessoais, sem ignorar a forma como esses elementos se inter-relacionam. Para Sabrina Loriga (1998), a investigação biográfica torna visível a variedade e complexidade presentes por trás de classificações que aparentam ser homogêneas.

Bourdieu(2006) argumenta que o curso social de um indivíduo é o resultado de um percurso dentro do espaço social, influenciado por disposições de habitus, ocupadas por agentes com características semelhantes. A análise das trajetórias envolve observar os deslocamentos entre posições nos campos sociais, entendendo os eventos biográficos como mudanças nas posições, determinadas pela distribuição de diferentes formas de capital (econômico ou simbólico) em disputa.

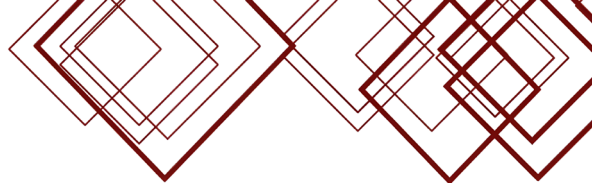
338

Com isso, as ações de Muzzi, enquanto profissional da saúde, embora aparentemente fragmentadas, estão relacionadas a um ideal de atividade científica. Estudar a trajetória desse personagem nos ajuda a compreender os alcances e os limites desse ideal e nos possibilita recuperar projetos e ações que nem sempre se estabeleceram ou se perpetuaram ao longo do tempo no exercício da profissão.

As principais fontes utilizadas neste trabalho foram periódicos da época, que publicavam dados oficiais sobre a vacinação, como estatísticas de imunização pública e reportagens sobre a vacina, ou com dados sobre a trajetória de Muzzi. Além disso, analisamos documentos do Instituto Vacínico, localizados no Arquivo Nacional e no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Notas sobre a trajetória de Muzzi e a vacina antivariólica.

O caminho para se tornar agente da prática médica oficial no

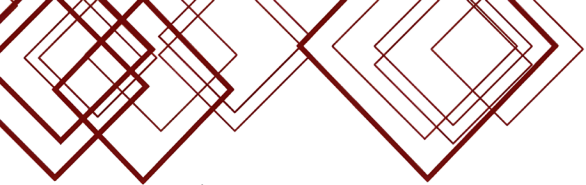


Brasil colonial era restrito a poucos, um dos motivos para isso era que não havia cursos de formação superior no Brasil até o início do século XIX. Para se tornar médico ou cirurgião, era exigido que o colono viajasse para Europa e completasse sua formação, sobretudo em Portugal e Espanha, mas também em países como França, Itália e Alemanha. Segundo Viotti(2012), a maioria dos diplomados, com origem brasileira, era de pessoas abastadas e com destaque na sociedade colonial, como filhos de senhores de engenhos ou de comerciantes ricos, todavia a maioria destes médicos não retornavam ao Brasil e acabavam por exercer a profissão na própria Europa.

Neste contexto, Hercules Muzzi, era filho de Gonçalo José Muzzi. Este nasceu no Rio de Janeiro em 1738 e foi para Roma cursar a faculdade de medicina. A escolha da cidade muito provavelmente estava ligada à sua ascendência italiana. (PUFAL,2013). Gonçalo Muzzi retornou ao Rio de Janeiro e atuou exercendo a medicina na cidade ao longo de sua vida, além disso, foi um dos membros da Academia Científica do Rio de Janeiro, criada pelo vice-rei marquês de Lavradio, em 1772. (PUFAL,2013)

339

Hérculez Muzzi, diferente de seu pai não precisou viajar para a Europa para ganhar o diploma, mas formou-se na Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro, criada em 1808 (SANTOS FILHO, 1991:516). Muzzi teve posição de destaque da corte e se tornou cirurgião da família “da sua majestade o Imperador do Brazil e depois honorário de sua câmara imperial” (BLAKE,1897). Foi membro da Junta da Instituição Vaccinica da Corte desde o ano de sua criação, em 1811 e posteriormente se tornou diretor da instituição em 1831(PORTUGAL, 2018). Cabe ressaltar que Hércules Muzzi também foi membro da Maçonaria carioca, o que demonstra mais um sinal de destaque naquela sociedade. (PUFAL,2013)



É importante destacar que neste período havia uma diferença entre a formação de médico e cirurgião. O cirurgião seria um especialista dentro da área médica, mas hierarquicamente inferior, por esta especialidade ser “manual”, sendo assim representante da “arte mecânica” que era mais desvalorizada no período. O médico teria ligação com as “artes liberais” seria “um letrado e um sábio”, sua conduta estaria baseada nos livros e na observação. Enquanto na Europa a diferenciação destas duas classes era rígida, na colônia essa tensão era atenuada (VIOTI,2012: 30).

340

Embora tenha alcançado uma posição de destaque no Brasil, tornando-se cirurgião do imperador e de sua família, a trajetória de Hércules Muzzi o levou, durante grande parte de sua vida, a lidar diretamente com a atenção à saúde da população escravizada. Isso se deve, em especial, à sua atuação na propagação da vacina antivariólica no Rio de Janeiro. Além disso, como destaca Tânia Pimenta, embora o atendimento prestado por médicos e cirurgiões fosse um serviço especializado e oneroso, esses profissionais também faziam parte da rede de assistência à população mais ampla, atendendo não apenas a elite colonial, mas também seus apadrinhados, escravizados e os pobres que recorriam aos hospitais de caridade nos momentos de maior necessidade. (PIMENTA, 2019:92).

Sobre a vacina é importante contextualizarmos que a varíola foi uma das doenças mais mortíferas da história da humanidade. O dito popular alemão “da varíola e do amor são poucos que conseguem escapar” ilustra a dificuldade de evitar a varíola na Europa da Idade Moderna, onde a doença era tão prevalente que poucos passavam pela vida sem contraí-la. Aqueles que não eram acometidos viviam com o temor constante de adquiri-la, e os que sobreviviam frequentemente carregavam marcas permanentes, como cegueira e cicatrizes, principalmente

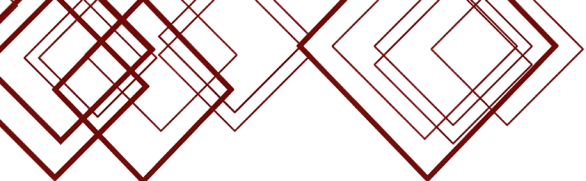


no rosto. Essa realidade é refletida na obra de vários médicos europeus da época, que consideravam a descrição da varíola desnecessária, tamanha era a sua frequência (PEREIRA, 2007:95). Por exemplo, no início do século XIX, o médico inglês John Simon, ao discursar na Royal Commission on Vaccination, afirmou que a varíola era tão comum na Inglaterra que a maioria das pessoas esperava contraí-la eventualmente, e praticamente todos acabavam ficando doentes. Da mesma forma, o médico Isaac Judaeus (1719), desenvolveu uma teoria para explicar por que quase ninguém escapava da varíola e por que a doença afetava principalmente as crianças².

No Brasil, a varíola foi a doença mais mortal durante os primeiros séculos de colonização, introduzida com a chegada de portugueses e africanos. Segundo Ronaldo Vainfas, o primeiro registro da doença ocorreu na Bahia em 1561, quando um navio trouxe pessoas infectadas. Dois anos depois, uma grande epidemia eclodiu em Salvador, espalhando-se rapidamente para o norte e o sul do país e resultando na morte de aproximadamente 30 mil pessoas. A partir desse ponto, a varíola passou a ser uma ocorrência frequente em praticamente todas as capitanias da colônia, sendo os grupos mais severamente afetados pelas epidemias os indígenas e os escravizados. (VAINFAS, 2000: 77-78). Na região Amazônica, a varíola, apelidada de “Peste Branca” nos séculos XVII e XVIII. A doença era tão mortífera que causou grandes vazios demográficos devido às suas devastadoras consequências entre os indígenas. As mortes massivas provocadas pela varíola foram um dos principais fatores que impulsionaram a introdução do tráfico de escravizados na Amazônia.

341

2 Na matéria “Small-Pox Before Jenner” são apresentadas diversas referências de médicos europeus do século XVIII e XIX que atestaram o quanto a varíola era uma doença corriqueira na Europa que de tão difundida muitos médicos tratavam sua descrição como desnecessária. Small-Pox Before Jenner. *The British Medical Journal*, v.1, n.1847, may 23, 1896, pp.1261-1264.

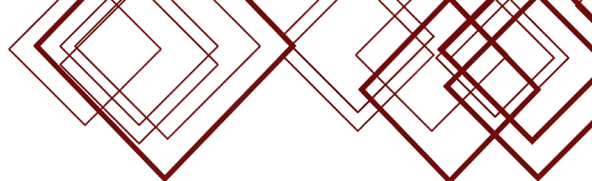


(SÁ, 2008: 819-824)

342

Quanto ao combate à doença, segundo Tania Fernandes a constatação da transmissibilidade e da proteção da varíola, que são características desta doença, impulsionou a disseminação de diversas técnicas que buscavam evitar sua forma mais grave a partir da introdução no homem sadio, do vírus variólico contido na secreção retirada da pústula de pessoas doentes. Essas práticas receberam o nome de inoculação ou “variolização” (FERNANDES, 2010). A inoculação ocorreu, embora sem grande difusão, em diversas partes do mundo. E apesar da utilidade, a prática trazia o risco de provocar nas pessoas inoculadas, diferentes manifestações da moléstia, chegando muitas vezes a ocorrer a forma mais grave da varíola, que levava o indivíduo até mesmo à morte. Devido a este fator, a “variolização” ao longo do tempo foi objeto de grandes controvérsias quanto à sua segurança e eficácia, pois acreditava-se que sua prática, em meio a uma epidemia, poderia agravá-la seriamente. (CHALHOUB, 1996, 104).

Em 1798, o inglês Edward Jenner descobriu a vacina antivariólica, daí se tornou comum chamá-la de vacina jenneriana. A vacina antivariólica era retirada de uma doença que acometia os gados bovinos chamada *cow-pox*. Jenner obteve a vacina pela observação de que, pessoas que trabalhavam com o gado e contraíam o *cow-pox*, consequentemente, não adquiriam a varíola. Em contrapartida não se tinha referenciais teóricos para explicar o processo imunizante. Como esta não era uma doença muito comum no gado, acabava-se por utilizar o método de vacinação *braço a braço*, retirando-se o fluído vacínico de uma pessoa já vacinada e aplicando direto no braço de outro indivíduo. Nessa conjuntura, diversas dúvidas foram suscitadas quanto a eficácia da vacina e a possibilidade de transmissão de outras doenças através de sua utilização. (FERNANDES, 2010, 31-32).



Contudo, a vacina jenneariana rapidamente lograria grande êxito, pois mesmo que também fosse feita pelo processo de inoculação, não gerava o risco de transmitir a varíola, fato que era possível na variolização, de modo que Jenner sabia que a doença das vacas, embora produzisse feridas nas pessoas, não era tão grave quanto à varíola e nunca era letal (CHALHOUB,1996, 107). Neste contexto, Fillipe Portugal (2018) destaca que surgiram notícias em diversos periódicos europeus atestando o funcionamento do método, principalmente a partir do aumento populacional que teria ocorrido em diversas cidades do mundo atrelado a prática de vacinação (PORTUGAL,2018, 23-25).

De acordo com Carlos Subtil (2017), a introdução da vacina antivariólica nos domínios portugueses ocorreu durante o Antigo Regime, mais precisamente no início do século XIX, quando a saúde pública tinha como um de seus princípios que a população seria um recurso valioso para a construção de uma nação próspera e avançada. Assim, as práticas de saúde começaram a focar em preservar, tratar e prevenir doenças, visando o aumento da longevidade e o crescimento populacional. Nessa conjuntura, Fillipe Portugal (2018) destacou que a introdução da vacina no Brasil teve início já nos primeiros anos do século XIX e esteve relacionada à atuação do governo português que adotou uma política pró-vacinação que visava introduzir e difundir a vacina não só na metrópole, mas em todas suas colônias, ainda nos primeiros anos da década de 1800.

343

Muzzi e a institucionalização da vacina antivariólica no século Rio de Janeiro.

Partindo desse contexto, Hércules Muzzi foi um cirurgião de grande importância para a compreensão da história da institucionali-



zação da vacina no Brasil. Além dos documentos e relatórios produzidos durante sua atuação na Instituição Vacínica, o cirurgião também registrou, de forma minuciosa, a chegada e os primeiros esforços de vacinação no Rio de Janeiro, em sua obra *Compêndio sobre a Vacina*, publicada em 1834. Essa temática também foi abordada por Muzzi no documento *História da Introdução e Propagação da Vacina no Brasil*, no qual o autor se propôs a registrar suas lembranças e reflexões sobre um plano geral de vacinação no Império. Além disso, foi um dos coautores do documento *Exposição da introdução da vacina no Brasil, seu estado atual nesta Corte e de algumas reformas para o seu melhoramento*, elaborado pela Junta Vacínica em de 12 de janeiro de 1828. (LOPES, 2007, 595 -605).

344

Na obra *Compêndio sobre a Vacina*, publicada em 1834, Hércules Muzzi narrou que a vacina teria sido introduzida na cidade do Rio de Janeiro em 1804. Segundo ele, o pus vacínico teria chegado primeiramente à Bahia, sendo então transportado até o Rio de Janeiro por um cirurgião militar. Durante o percurso, o profissional foi vacinando crianças indígenas e escravizadas, o que permitiu manter o vírus em estado ativo e viável até seu destino final, possibilitando assim a chegada da vacina em perfeito estado à então capital da colônia. A partir de então, o vice-rei Marquês de Aguiar ordenou que os serviços de vacinação fossem realizados na Casa da Câmara, sob a presidência do chefe de polícia da cidade. Para a execução desse trabalho, foram designados dois cirurgiões ajudantes, responsáveis pela aplicação das vacinas, e um oficial inferior encarregado da escrituração. Um dos cirurgiões nomeados para essa função foi o próprio Hércules Octaviano Muzzi.

Segundo Hércules Octaviano Muzzi, após a chegada da vacina ao Rio de Janeiro, o serviço de vacinação passou a funcionar com certa regularidade, especialmente em determinados períodos do ano, como nos



meses de agosto e setembro, quando dois cirurgiões de outra comarca vinham auxiliar nos trabalhos, atuando juntamente com o chefe de polícia da cidade. Como as epidemias mais severas de varíola costumavam ocorrer entre os meses de outubro e dezembro, a aplicação da vacina era intensificada nos meses anteriores. Esse esforço visava diretamente reduzir o impacto da doença, por meio da vacina³.

Apesar da narrativa de Muzzi, há indícios de que a vacinação enfrentava dificuldades. Um exemplo, foi a interrupção dos serviços de vacinação devido à dificuldade de conservação do pús vacínico, de modo que quando o rei lusitano chegou ao Rio de Janeiro, em 1808, encontrou os serviços de vacinação suspensos justamente pela falta da substância, situação que só foi resolvida com a chegada de nova “matéria” trazida da Bahia⁴.

Com a vinda da Família Real para o Brasil o serviço de vacinação assumiria outros contornos. A varíola, sendo uma doença extremamente letal, repugnante e frequentemente presente no Rio de Janeiro, tornou-se uma prioridade de saúde, especialmente para proteger os membros da Corte, pois a vacinação era considerada a principal estratégia para enfrentá-la. (FERNANDES, 2010, 44).

345

Nessa conjuntura, como fato decisório em favor da prática foi

3 Mapa de vacinação de 1820, onde Hercules Octaviano Muzzi relata os sucessos que a vacinação trouxe desde sua introdução. *Instituto Vacínico (Rio de Janeiro)*. IS4 42. Série Saúde. Código do Fundo: BF. AN.

4 A manutenção do vírus da vacina enfrentava desafios significativos, pois além de exigir a boa conservação do vírus, era necessário garantir a inoculação de pessoas para manter a vacina ativa, que deveriam retornar no 8º dia para passarem o vírus adiante. Vários exemplos ilustram essas dificuldades; por exemplo, a vacina introduzida no Rio de Janeiro em 1804 havia se extinguido ainda no mesmo ano. Essa situação foi evidenciada quando o governador da capitania do Espírito Santo, durante uma grave epidemia de bexiga, solicitou a vacina ao Vice-rei e recebeu a resposta de que isso não seria possível, pois a vacina havia se “extinguido” na capital. (PORTUGAL, 2018:111-112).



criada, em 1811, a Junta da Instituição Vaccinica da Corte, com o objetivo de ser um “estabelecimento permanente para que, com mais extensão e regularidade, se propagasse e se conservasse o serviço de vacinação na Corte”⁵. De acordo com Tânia Fernandes (2010), a criação dessa instituição marcou o início do processo de institucionalização da prática médica como uma ação do Estado no Brasil. Essa iniciativa estava alinhada com o modelo adotado por países europeus, onde já existiam instituições voltadas especificamente à disseminação da vacina.

A instituição foi composta por 4 membros: o diretor Theodoro Ferreira de Aguiar, e 3 vacinadores: Francisco Bonifácio da Fonseca Freitas; Hercules Octaviano Muzzi e Florencio Antônio Barreto. Ainda haveria um oficial da polícia para fazer registros dos procedimentos da vacinação. No entanto, de acordo com Hercules Octaviano Muzzi, futuro diretor da instituição, a Fisicatura-Mor e a Polícia da Corte não teriam desempenhado nenhuma função na promoção da vacina ⁶.

Enquanto os institutos europeus responsáveis pela vacinação eram organizações sistemáticas com planos detalhados, pesquisas e metas amplas para a propagação da vacina, a Junta criada no Rio de Janeiro se limitou a formalizar e intensificar as atividades de vacinação já em andamento. Entre as mudanças introduzidas pela criação da Junta, destacam-se a mudança do local de vacinação, a determinação de que os funcionários envolvidos recebessem salários específicos para a função, e a implementação de um sistema de contabilidade para registrar o número de vacinas administradas ao público. Desta maneira a instituição

5 *Livro de registro de tudo que pertence à Instituição da Vacina*. Códice 368. Polícia da Corte. Código do fundo: ØE. AN.

6 Hercules Muzzi criticou a atuação de Theodoro Ferreira Aguiar por só aparecer na instituição para colher os números e publicá-los, não tendo atuado efetivamente na propagação da vacina. Ver: *Instituto Vacínico (Rio de Janeiro)*. IS4 42. Série Saúde. Código do Fundo: BF. AN.



no Rio de Janeiro não tinha como fim as atividades de pesquisa sobre a vacinação, embora os cirurgiões responsáveis pelo serviço fizessem estudos sobre o tema, como o próprio Hercules Octaviano Muzzi. (PORTUGAL,2018, 122-123)

Dessa forma, a instituição criada no Rio de Janeiro adotou uma abordagem pragmática, focada na continuidade dos serviços de vacinação, atuando diretamente sobre a população escravizada. Apesar da aparente simplicidade da Junta da Instituição Vaccinica da Corte, sua criação contribuiu significativamente para a maior visibilidade da vacina e para a adoção de medidas relacionadas à vacinação pelo governo. A instituição foi frequentemente usada como prova da eficácia da vacina e como símbolo de civilidade (PORTUGAL,2018, 123). Como destaca Maria Rachel Fróes da Fonseca(2008), a vacinação antivariólica foi um dos poucos recursos do Império a demonstrar alguma eficiência, numa época marcada por precárias condições de higiene e saúde pública. Após a criação da instituição, o número de pessoas vacinadas aumentou consideravelmente (FONSECA,2008, 38).

347

Os números da vacina eram publicados frequentemente, no periódico *Gazeta do Rio de Janeiro*, analisando esses dados percebemos que um dos principais problemas da instituição era que as pessoas não retornavam para fazer a passagem do pus vacínico e conferir a validade da vacina. Neste contexto, em matéria publicada na *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 1813, Hercules Octaviano Muzzi, relacionou os vários insucessos da vacina à “ignorância, frouxidão e preguiça com que os pais e chefes de família, se descuidam de fazer vacinar os filhos, com a desculpa de que era incerto o efeito da vacina” (SILVA, 2007, 75).

Problematizando a fala de Muzzi, é importante destacar que a baixa adesão à vacinação era atravessada por diversas questões. Entre elas,



estavam os debates em torno da eficácia da vacina jenneriana, que ainda não era plenamente aceita pela sociedade da época. Havia desconfiança quanto à sua efetividade e receios sobre a possível transmissão de outras doenças, como a sífilis, em meio ao processo de vacinação braço a braço. Além disso, entre a população negra, especialmente a escravizada, a prática vacinal muitas vezes entrava em conflito com crenças e práticas religiosas tradicionais, o que também contribuía para a resistência à vacinação (CHALHOUB, 1996). Além disso, entre a população rural, a resistência à vacina pode ser atribuída ao temor de que a prática afetasse suas atividades agrícolas, especialmente durante períodos críticos de plantio e colheita. (PORTUGAL, 2018).

348

No campo da medicina, segundo Hercules Octaviano Muzzi, obras como a de Heliodoro Jacinto de Araújo Carneiro, *Reflexões e Observações sobre a Prática da Inoculação da Vaccina, e as suas funestas consequências feitas em Inglaterra* (1808), tiveram grande repercussão contra a vacina, tanto em Portugal quanto no Brasil. Carneiro argumentava que, além do risco de contrair varíola natural, as pessoas vacinadas poderiam também adquirir outras doenças provenientes das vacas. Muzzi ressaltava que, “uma vez espalhado esse tipo de preconceito, seria extremamente difícil erradicá-lo”⁷.

Quanto à ineficácia da vacina, Hércules Octaviano Muzzi argumentava que os casos de indivíduos vacinados que posteriormente contraíam a varíola ocorriam, porque essas pessoas não retornavam no oitavo dia após a aplicação para verificar se a vacina havia sido efetiva ou se tratava de uma “vacina espúria”. Segundo ele, a falta de acompanhamento resultava na ausência de proteção adequada contra a varíola,

7 Parecer de Muzzi ao governo sobre a necessidade da revacinação que foi reproduzida na matéria intitulada: Revaccinação. *Revista Médica Fluminense*, Rio de Janeiro, n.2, maio de 1839, pp.44-49.



apesar de terem recebido a vacina. Essa afirmação de Muzzi pode ser considerada correta até certo ponto, pois havia um número significativo de pessoas que não retornavam para o acompanhamento necessário. Além disso, os dados mostram que as “vacinas espúrias” eram comuns durante o período joanino, como mostram os resultados da vacinação da Junta da Instituição Vaccinica da Corte de 1811 a 1820, os dados indicavam que o total de vacinas consideradas falsas foi de 2.475. Além disso, 11.613 pessoas não compareceram no oitavo dia para verificar a eficácia da vacina. Assim de um total de 19.844 pessoas vacinadas, pelo menos 14.088 não teriam garantia da validade da vacina. É importante ressaltar que a alta taxa de pessoas que não retornavam dificultava a manutenção do vírus vacinal, comprometendo a eficácia do programa de vacinação⁸.

Em meio a esse contexto, na sua atuação junto à Instituição Vacínica, Hércules Muzzi destacou-se como um fervoroso defensor da eficácia da vacinação e empenhou-se ativamente em ampliar sua adesão entre a população. Neste sentido, entrou em um debate nas páginas da *Gazeta do Rio de Janeiro*, quando o médico inglês residente no Rio de Janeiro, João Jones membro do Royal College of Surgeons of England, fez um comunicado, em 11 de outubro de 1815, informando que após morar vários anos no Rio de Janeiro constatou que a vacina verdadeira era encontrada pouquíssimas vezes e que a vacina que estava sendo aplicada pela Junta era falsa, pois esta era seguida de febre e muitas erupções, sendo notório que a vacina não causava esses efeitos. Assim, fazia propaganda que estava em seu poder a “legítima Vaccina”,

349

8 De 1811 a 1819 os resultados estão no “Mappa das pessoas, que se tem vacinado na Caza da Camara, desde o 1º de Julho de 1811 até 1819,” na *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.59, 22 de julho de 1820, p.3. Quanto a 1820 estão no “Mappa das pessoas que se vaccinarão na Caza da Camara no anno de 1820”, publicado no periódico *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.32, 21 de abril de 1821 p.3.



que buscava propagar o máximo possível vacinando gratuitamente duas vezes por semana em sua casa, também se oferecera para fornecer linfa vacínica para os professores que a quisesse⁹.

Em resposta, Muzzi afirmou que esses sintomas eram normais após a vacinação e citou o médico francês Louis Jacques Moreau de la Sart(1771-1826) que na obra “Traité historique et pratique de la vaccine”(1801) argumentava que após a vacinação poderiam haver erupções semelhantes às bexigas naturais, ao sarampo e também a outras muitas anomalias, e até mesmo convulsões, as quais, segundo Hercules Muzzi, não seriam tão passageiras como acreditava o médico Jones. Ele também acusou Jones de tentar desqualificar a vacina oficial para promover a sua própria, que, segundo Muzzi, era obtida da mesma forma que a da Junta, inclusive Muzzi afirmou ter conferido um dos vacinados do médico inglês, que também apresentou febre, e erupções de pequenos botões no rosto, braços e pernas, o que não significava que a vacina deixava de ser verdadeira¹⁰.

350

Em 1821, quando D. João voltou para Portugal, levou consigo o seu cirurgião e diretor da Junta da Instituição Vaccinica, Theodoro Ferreira de Aguiar, e com isso o comando da instituição passou para o cirurgião português Joaquim da Rocha Mazarem(1775-1849), que também ficaria por pouco tempo no cargo. (CHALHOUB,1996:211).

Com a direção vaga, Hercules Muzzi e Florencio Antonio Barreto buscaram concorrer ao cargo e com isso encaminharam um requerimento ao Barão de Goiana, José Correia Picanço, que acabou por recomendar nesta ocasião o fim do cargo de direção da instituição por não achar que este fosse necessário. Os membros da Junta da Instituição Vaccinica entraram com um requerimento junto ao Governo Imperial

9 Avisos. *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.81, 11 de outubro de 1815, p.8.

10 Avisos. *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.84,21 de outubro de 1815, p.4.



para que o cargo fosse retomado, conforme o decreto que havia estabelecido a sua criação. No documento, feito pelos membros da Junta da Instituição Vaccinica, a extinção do cargo de diretor teria sido feita por motivos econômicos, o que seria “huma miseravel economia, ou antes, por hum d’aquelles exemplos de mesquinhos que inutilizam a maior parte das vantagens”, e prejudicaria demasiadamente o serviço da instituição¹¹.

No requerimento foi descrito o quão essencial era a presença de um diretor na Junta da Instituição Vaccinica da Corte, o qual teria entre suas atribuições: se corresponder oficialmente com o governo; ordenar os serviços da Junta; resolver através de seus conhecimentos médicos a “congruência ou incongruência da vacinação”; observar nos casos em que houvesse complicação ou padecimento de alguma criança o andamento da vacina; observar os casos em que ocorresse outras doenças durante o percurso da vacina, principalmente se fosse “bexigas naturaes”, recolhendo por escrito suas observações para que pudesse servir de base para as teses médicas que poderiam auxiliar resoluções posteriores sobre a vacina; que imprimisse e divulgasse observações do verdadeiro modo de se vacinar, oferecendo planos de melhoramentos para os serviços tanto na Corte quanto nas outras províncias do Império, entre outros¹².

351

Apesar destas diversas atribuições o cargo de diretor só foi retomado em 1831, por Hercules Octaviano Muzzi¹³. Embora Hercules

11 Requerimento. *Instituto Vacínico (Rio de Janeiro)*. IS4 42. Série Saúde. Código do Fundo: BF AN.

12 Requerimento. *Instituto Vacínico (Rio de Janeiro)*. IS4 42. Série Saúde. Código do Fundo: BF AN.

13 É importante ressaltar que em 1830 os cirurgiões do instituto vacínico fizeram um requerimento, renegando a figura de Muzzi, sugerindo para o cargo a figura de Domingos Ribeiro. Os membros ressaltaram que cumpriam as suas obrigações com exatidão sem a presença de um diretor e reclamaram que Muzzi não teria conhecimento superiores, “nem práticos nem teóricos”, aos deles para ser alçado ao cargo. Segundo os cirurgiões a motivação de Muzzi seria somente financeira e este não traria



Muzzi tenha assumido a direção, fez um ofício em 1834 ao Ministro e Secretário de Estado, Antônio Pinto Chichorro, pois ainda que estivesse trabalhando como diretor da Junta da Instituição Vaccinica sua remuneração era de 300 mil réis, não estando de acordo com os valores de 400 mil réis anuais estipulados na época de criação da instituição, e que haviam sido recebidos por todos seus antecessores¹⁴. Cabe ressaltar que somente em 1846, o governo ordenou que fosse pago a Anna Ephigenia da Fonseca, sua esposa, a diferença do ordenado que competia a Muzzi¹⁵.

352

É interessante perceber que a reclamação de Hercules Muzzi surgiu apenas 3 anos depois de estar no cargo da instituição e não surgiu em um momento qualquer, mas sim quando a Junta da Instituição Vaccinica já teria vacinado mais de 100 mil pessoas. Deste modo, os trabalhos da instituição foram elogiados em 1833 em sessão pública na instituição inglesa Royal Jennerian Society for the Extermination of Smallpox, na qual foi conferido à Hercules Octaviano Muzzi o título de sócio honorário da instituição¹⁶. Este fato pode ser interpretado como um importante aporte de capital político para que Hercules Muzzi pudesse barganhar a sua devida remuneração e foi noticiado em vários periódicos da época, como no *Jornal dos Debates Politicos e Literarios*, em 1837, onde encontramos parte da tradução dos elogios recebidos por Muzzi:

melhoramento ao instituto. Diferente de Muzzi, Domingos Ribeiro teria experiência no tema desenvolvida no estrangeiro. Representação dos cirurgiões do instituto vacínico a S.M.I. Manuscrito. Biblioteca Nacional.

14 Um ofício acompanhava o relatório da junta vacínica e foi publicado no *Jornal do Commercio*. Instituição Vaccinica. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano VIII, n.41,20 de fevereiro de 1834, p.2.

15 Decreto nº 385 de 05/08/1846 / PE - Poder Executivo Federal. (D.O.U. 31/12/1846)

16 Instituição Vaccinica. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano VIII, n.41,20 de fevereiro de 1834, p.2.



A sociedade julga do seo dever mencionar honrosamente o zelo, com que o Sr. Hercules Octaviano Muzzi do Rio de Janeiro, tem promovido a propagação da vaccina naquelle paiz este zelo, se fosse imitado por todos os médicos estrangeiros faria com que os beneficios da vaccinação se extendessem pela maior parte do universo. A sociedade recebeo do SR. Muzzi uma obra por elle escrita sobre o titulo de compendio da Vaccina, que mostra estar elle muito versado no objecto que se proprôz tratar¹⁷.

Em 1831 Hercules Octaviano Muzzi também se candidatou a membro titular na Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, e para isso escreveu uma carta a João Alves Carneiro, então presidente da entidade, acompanhada de uma memória sobre a história e os progressos da vacinação na Corte e de seu diploma de cirurgião. A memória foi submetida à apreciação de Jacintho Rodrigues Pereira Reis, membro daquela sociedade, que em seu relatório apresentado na 46ª sessão, em 12 de fevereiro de 1831, concluiu que tendo em vista “os serviços prestados á humanidade e á Nação pelo author da Memoria como hum dos indivíduos, que desde muitos anos tinha practicado com zelo a Vaccinação no Brasil fosse aclamado Membro Honorario”¹⁸.

353

A frente dos trabalhos de direção do instituto, Muzzi procurou ampliar a vacinação, buscando enfrentar o principal problema da instituição, que, como visto, seria o número de faltosos que não retornavam no oitavo dia para passar o pus e confirmar a vacinação. Assim, o cirurgião fez diversas críticas as Câmaras Municipais que negligenciavam o serviço de vacinação que passaram a ser de sua jurisdição¹⁹. Para Muzzi

17 Exterior, Gram-Bretanha. *Jornal dos Debates Politicos e Litterarios*, Rio de janeiro, n.44, 11 de novembro de 1837, p.3.

18 Boletim da Sociedade (Extracto das actas). *Semanario de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n.38, 17 de setembro de 1831, p.1.

19 É importante ressaltarmos que em meio às mudanças políticas, que estavam ocorrendo no Brasil desde o processo de independência desencadeado em 1821, as práticas de saúde acabariam por serem reformuladas no período. Neste sentido, foram pro-



não seria possível conseguir expandir a prática da vacinação sem que o governo ressaltasse para as Câmaras Municipais que a vacina era de sua atribuição, e que estas então encarregassem os inspetores de quarteirões a “fiel execução desta ordem”. Além disso, o cirurgião ressaltou que na Europa e em todos os países que a vacinação avançava eram feitos papéis públicos e editais que demonstravam o interesse dos municípios para com as instituições, e que isto não era só feito por meio de editais, mas sim por juízes de paz e até mesmo por censuras paroquiais. Em meio a essa discussão, Hercules Muzzi afirmou que:

[...]Se esta junta se recusar a vacinar os indivíduos pela circunstância de não darem todos os esclarecimentos exigidos, bem de pressa teria de ver-se em descrédito hum estabelecimento de tanta utilidade e interesse público bem conhecido nesta cidade desde 1804, ou pelo menos seriam taxados de inhumanos e bárbaros os seus empregados, resultados estes que deprimirão sem dúvida a nação²⁰.

354

A fala de Muzzi denota o caráter civilizacional associado a vacinação. Ao longo de sua gestão como diretor, o serviço de vacinação conseguiu se expandir e se fortalecer. Já em 1834, ao prestar contas das atividades da Junta da Instituição Vaccínica da Corte, ele reafirmava que o número de faltosos deixara de ser um problema e que os serviços estavam tão consolidados que chegou a afirmar: “*Felizmente nesta ca-*

mulgadas a Constituição de 1824 e a Lei de 1828 que estabeleciam as atribuições das Câmaras Municipais, que passariam a existir em todas as cidades e vilas, e passariam a ser regidas por um código de posturas. Esses códigos foram formulados pelas próprias Câmaras e funcionavam como leis municipais, e constituíam preceitos escritos que obrigavam os municípios a cumprirem certos deveres para a manutenção da ordem pública. Segundo Tania Fernandes, essas mudanças não trouxeram transformações substanciais aos serviços, e atenderam, na realidade, à proposta de descentralização do poder estatal em função da consolidação das relações locais regidas pela ascendente classe senhorial. (FERNANDES, 2010:46).

20 Instituição Vaccínica. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano VIII, n.41,20 de fevereiro de 1834, p.2.



*pital pode se dizer que o flagelo das bexigas desapareceu, onde anualmente fazia estragos espantosos*²¹.

A comemoração de Hercules Muzzi em 1834 quanto ao bom andamento dos serviços de vacinação na Corte revelou-se precipitada. Em outubro do mesmo ano, a cidade do Rio de Janeiro foi novamente atingida por uma epidemia de varíola. Segundo o próprio Muzzi, o surto teria se iniciado com a chegada de recrutas da artilharia da Marinha, vindos de Pernambuco, já contaminados com a doença. A epidemia teria infundido um grande “susto” tanto nos habitantes que nunca haviam tido bexigas e nem sido vacinados, quanto naqueles que mesmo vacinados ainda acreditavam que poderiam adquirir a bexiga²².

Em meio ao evento epidêmico, Hercules Muzzi observou que a bexiga teria se espalhado rapidamente por diversos pontos da cidade, mas teria “respeitado os vacinados”, que mesmo convivendo com pessoas “bexiguentas” não haviam adquirido a doença. Hercules Muzzi considerou, ainda, que alguns dos recém vacinados haviam adquirido simultaneamente a vacina e as bexigas, mas esta teria ocorrido de forma benigna. Observou, também, que alguns que haviam tido catapora foram indevidamente classificados como “bexiguentos”²³.

355

Para Hercules Octaviano Muzzi, a epidemia de bexigas trouxe a prova da validade da vacina para os que ainda duvidavam desta prática. E, segundo ele, isto teria ocorrido principalmente porque a epidemia tinha sido rara entre os habitantes do sítio de São Cristóvão, da Fazenda de Santa Cruz e da Imperial Quinta da Boa Vista, lugares que

21 Conta dos trabalhos da Junta da Instituição Vaccínica da Corte segundo semestre de 1833. Códice50-53-52. AGCRJ

22 Artigos não officiaes. *Correio Official: In Medio Posita Virtus*, Rio de Janeiro, tomo IV, n.65, 23 de março de 1835, p.4.

23 Artigos não officiaes. *Correio Official: In Medio Posita Virtus*, Rio de Janeiro, tomo IV, n.65, 23 de março de 1835, p.4.



mantinham relação direta com locais da cidade onde estava ocorrendo a epidemia. Deste modo, Hercules Muzzi destacou de forma positiva as ações da Câmara Municipal e do Governo Imperial, que haviam remediado o pus vacínico para onde não havia pessoas vacinadas. Destacou, porém, que como a epidemia estava cessando rapidamente, o número de pessoas que ia à Junta da Instituição Vaccínica da Corte rapidamente diminuiu. Com isso, Hercules Muzzi considerou que seria conveniente que as autoridades municipais obrigassem a vacinar aquelas pessoas que não haviam tido bexigas, nem se vacinado anteriormente²⁴.

356

O episódio epidêmico ocorrido na Corte do Rio de Janeiro, em um primeiro momento, não comprometeu a credibilidade da Junta da Instituição Vaccínica nem de seu diretor. Ao contrário, parece ter contribuído para a intensificação de suas atividades. Nesse contexto, os debates em torno da eficácia da vacina antivariólica e da necessidade de revacinação motivaram o Governo Imperial a solicitar pareceres técnicos sobre a questão. Em 1839, por meio de ofício, foi encaminhada uma consulta à Academia Imperial de Medicina e ao diretor da Junta, Hercules Octaviano Muzzi, a fim de que ambos manifestassem suas posições formais sobre o tema.

Em sua resposta ao Governo Imperial, Hercules Muzzi demonstrou estar inteirado sobre os debates em torno da temática ocorridos tanto na Europa quanto na Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. Todavia, ele seria contrário à revacinação, atestando para isso sua prática empírica na qual as tentativas de revacinação nunca teriam sido profícuas em quem estivesse verdadeiramente vacinado. Como exemplo disso, Hércules Muzzi narrou que, na epidemia ocorrida na corte em 1834, muitos pais, preocupados com a epidemia, haviam levado crian-

24 Artigos não officiaes. *Correio Official: In Medio Posita Virtus*, Rio de Janeiro, tomo IV, n.65, 23 de março de 1835, p.4.



ças de 10 e 12 anos que já haviam sido vacinadas na tenra idade e foram vacinados novamente sem que fosse produzido nenhum efeito, ademais do considerável número de vacinados na fazenda de Santa Cruz, no ano de 1810, apenas 3 contraíram bexigas²⁵.

A continuidade das epidemias parece ter feito com que a Junta da Instituição Vaccinica recebesse críticas, pois Hercules Muzzi afirmou em seu relatório de 1836 que “a instituição vai se sustentando desde 1804, e apesar dos declamadores, vai progredindo, e tem merecidos elogios da Real Sociedade Jenneariana de Londres”. Nesse contexto, Muzzi destacou, que desde 1811, ano de sua criação, até o final de 1835, a Junta já havia vacinado aproximadamente 113.632 pessoas²⁶.

Muzzi continuaria a conduzir seus trabalhos de vacinação com grande zelo, como ressaltou o médico Francisco de Paula Menezes (1811-1857) em um elogio póstumo, proferido durante uma sessão na Academia Imperial de Medicina. Muzzi se destacou ao longo de sua trajetória por:

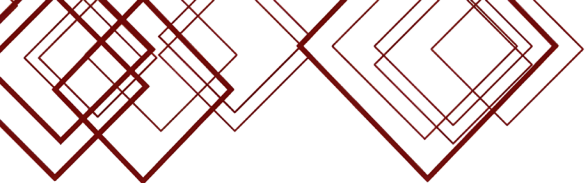
Em todos os instantes buscava consignar factos, que provassem a eficácia da Vaccina, e todos os dias estudava úteis melhoramentos á sua propagação. Percorre diferentes lugares desta província e de outras, transmitindo-lhes o pus vaccínico;²⁷

Além de sua atuação nos serviços de vacinação, Hercules Muzzi foi o primeiro a publicar, no Brasil, um trabalho sobre necropsia médico-legal. O artigo, divulgado no *Diário da Saúde*, relatava a autópsia

25 A resposta de Muzzi ao governo foi publicada na matéria: Revaccinação. *Revista Médica Fluminense*, Rio de Janeiro, n.2, 1839, pp.44-49.

26 Instituição Vaccinica da Corte. *Correio Official: In Medio Posita Virtus*, Rio de Janeiro, v. VI, n.71, 30 de março de 1836, p.283.

27 Academia Imperial de Medicina Sessão Publica Annual. Elogio de Hércules Otaviano Muzzi pelo; pelo Sr. Dr. P. Menezes. *Revista Medica Brasileira*, n.3, vol1, julho de 1841.165.



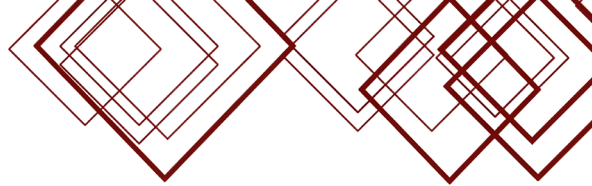
sia realizada em 21 de setembro de 1835 no corpo do regente Bráulio Muniz, cerca de 22 horas após seu falecimento. Esse episódio insere-se em um contexto de intensa mobilização entre os acadêmicos da época, que buscavam consolidar a medicina legal no país, movimento do qual Muzzi participou ativamente. (GIOVANELLI,2020:402).

358

A trajetória de Hercules Muzzi também se destacou no âmbito militar. Ele iniciou sua carreira como cirurgião-ajudante em um dos regimentos sediados no Rio de Janeiro e, segundo Paulo Menezes, demonstrava “zelo e actividade, perícia e inteligência”, sendo frequentemente alvo de “lisonjeios e elogios” por suas atuações. Em razão de sua função, Muzzi participou diretamente de alguns dos eventos mais marcantes da história do Brasil. Seu regimento foi destacado para reprimir a Revolução Pernambucana de 1817. Já em 1822, durante o processo de independência do Brasil, Muzzi foi promovido a cirurgião-mor de uma das brigadas do Exército, e seu batalhão foi deslocado para Sepetiba, em preparação para uma possível reação da antiga metrópole²⁸.

Para além de sua carreira militar, a trajetória do cirurgião também foi reconhecida pelo imperador Pedro II, que lhe concedeu o título de Cavaleiro da Ordem de Christo, Cirurgião da família do Imperador do Brasil e mais tarde cirurgião honorário da sua Imperial Câmara (BLAKE,1897). Em seus trabalhos como cirurgião imperial, encontramos uma referência a um tratamento prescrito ao jovem imperador, que se sentia “indisposto do estômago”. Assim, Muzzi recomendou a D. Pedro II que diminuísse os estudos, abstendo-se de realizá-los imediatamente após as refeições. Além disso, sugeriu que o imperador praticasse exercícios, “particularmente ginásticos e a cavalo”, com o objetivo de

28 Academia Imperial de Medicina Sessão Publica Annual. *Revista Medica Brasileira*, n.3, vol1, julho de 1841.p.164-165.



“equilibrar as forças em todo o organismo”.²⁹.

Reconhecido ainda em vida, Muzzi faleceu aos 59 anos, em 1841, de uma “enfermidade grave”. No ano de sua morte o cirurgião foi homenageado em sessão da Academia Imperial de Medicina, instituição ao qual era sócio honorário e recebeu um longo elogio por toda sua trajetória:

O médico Francisco de Paula Menezes leu um elogio histórico do finado membro Honorario o Sr. Hercules Octaviano Muzzi. Neste trabalho, que fez hum brilhante efeito em todo o auditório, e que muito honra a hábil penna do nosso collega, o Sr. Dr. Paula Menezes, fez vêr á toda a evidencia os immensos serviços prestados pelo Sr. Muzzi ao paiz, não só como cirurgião militar, mas também pelo zelo e actividade que sempre mostrou na útil e grande empreza de propagação da vaccina no Brasil³⁰.

Considerações Finais

359

Defensor ardoroso da vacina antivariólica, Hercules Octaviano Muzzi, foi um personagem importante para que a prática se consolidasse em nosso país, não só por sua atuação prática em mais de 30 anos nos serviços de vacinação, mas também pelos escritos teóricos e relatos de suas experiências sobre a vacina antivariólica.

Seus trabalhos foram tão relevantes que dificilmente um historiador passará pela história da introdução da vacina no Brasil sem utilizar os escritos de Muzzi. Além disso, a análise de sua trajetória nos ajuda a entender diversos pormenores, dificuldades e problemáticas envolvidos na institucionalização da prática da vacina no Brasil.

Em outro ponto, a trajetória de Muzzi também destaca a inserção

29 Historia da enfermidade de que S. M. I. foi. acommettido no dia 23 de Março de 1840. *Correio Official*. Vol.1, Terça feira, 31 de março de 1840.p. 289-290.

30 Academia Imperial de Medicina Sessão Publica Annual. *Revista Medica Brasileira*, n.3, vol1, julho de 1841.p.122.



dos cirurgiões no Brasil colonial e imperial, e sua atuação nos serviços de saúde do país. Muzzi tratou não apenas de escravizados, especialmente no contexto da aplicação da vacina, mas também de militares do exército, em diversos conflitos importantes da história do Brasil, e até mesmo do monarca e sua família. Dessa forma, ele se consolidou como uma figura de grande relevância na história da saúde no Brasil.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão da biografia”. In: Ferreira, M. e Amado, J. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 7 v, 1893.

360 CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GAZÊTA, Arlene Audi Brasil. *Uma Contribuição à História do Combate a Varíola no Brasil: Do Controle à Erradicação*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006.

FERNANDES, Tania Maria. *Vacina antivariólica: ciência, técnica e o poder dos homens, 1808-1920*. Rio de Janeiro: Ed.Fiocruz, 2010.

FONSECA, Maria Rachel Fróes da. A saúde pública no Rio de Janeiro Imperial. In PORTO, Ângela; SANGLARD, Gisele; FONSECA, Maria Rachel Fróes da; COSTA, Renato Gama-Rosa (orgs.). *História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. pp.31-57.



LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: Revel, J. (org.). Jogos de escalas. *A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

GIOVANELLI, Alexandre. As Ciências Forenses no Brasil Monárquico: Breve Histórico da Oficialização e Institucionalização da Função Pericial nas Investigações Criminais. *Brazilian Journal of Forensic Sciences, Medical Law and Bioethics*. 9(3):394-418 (2020)

LOPES, Myriam Bahia; POLITO, Ronald. Para uma história da vacina no Brasil – um manuscrito inédito de Norberto e Macedo. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, n.2, abr./jun. 2007, pp. 595 -605.

MUZZI, Hércules Otaviano. *Compêndio sobre a vacina*. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1834.

PEREIRA, Sóstenes. *Contágio: Uma Visão Histórica e Biológica das Epidemias*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna Ltda, 2007.

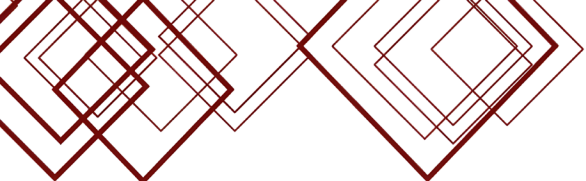
361

PIMENTA, Tania Salgado. Médicos e cirurgiões nas primeiras décadas do século XIX no Brasil *Almanack*, Guarulhos, n. 22, agosto, 2019, p. 88-119.

PORTUGAL, Fillipe dos Santos. *A Institucionalização da Vacina Anti-variólica no Império Luso-Brasileiro nas primeiras décadas do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2018.

PUFAL, Diego de Leão. [*Antigualbas, histórias e genealogia*](#). In. [*Antigualbas, histórias e genealogia: 2013*](#). Disponível em: (pufal.blogspot.com). Acesso em: 29/07/2024.

-SÁ, Magali Romero. A “peste branca” nos navios negreiros: epidemias de varíola na Amazônia colonial e os primeiros esforços de imunização. *Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v.11, n.4, suppl.0, dez. 2008, pp.819-824.



- SCLiar, Moacyr (orgs). *A saúde Pública no Rio de Dom João. Textos Manoel Vieira da Silva e Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto.* Rio de Janeiro: Senac Rio, 2008.
- SCHATZMAYR, Hermann G. A varíola, uma antiga inimiga. *CADERNOS de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.17, n. 6, nov./dec. 2001, pp.1525-1530.
- SANTOS FILHO, Lyrurgo de Castro. *História Geral da Medicina Brasileira*. v. 2. São Paulo: Editora HUCITEC, Editora da Universidade de São Paulo, 1991.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1820): Cultura e Sociedade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.
- SUBTIL, Carlos Louzada. *Bernadino Antonio Gomes: ilustre médico iluminista nascido em Paredes de Coura*. [s.l.]: Câmara Municipal de Paredes de Coura, 2017.

362 VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial 1500 a 1808*. Rio de Janeiro: Objetiva. 2000. pp. 77-78.

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho *As práticas e os saberes médicos no Brasil colonial (1677 - 1808)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2012.